Jornal Valor --- Página 17 da edição "01/03/2018 1a CAD C" ---- Impressa por mgsilva às 28/02/2018@18:59:34

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

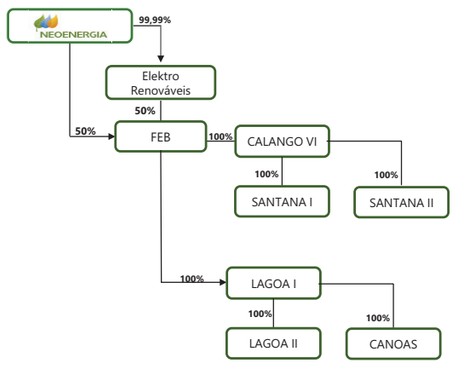
Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2017, a Força Eólica do Brasil S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2018, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL

A Força Eólica do Brasil, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica, e controla diretamente as empresas Calango 6 Energia Renovável S.A. e Lagoa 1 Energia Renovável S.A. A empresa Calango 6, controla os parques Santana 1 e Santana 2; e a empresa Lagoa 1 controla os parques Lagoa 2 e Canoas, conforme esquema abaixo:



A Força Eólica do Brasil sagrou-se vencedora do leilão A-6/17 com mais 9 projetos. A fase de adjudicação do certame ocorrerá durante o primeiro semestre de 2018, e neste ínterim serão formadas as novas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) para cada empreendimento. À luz da estrutura societária, planeja-se que todas essas novas sociedades sejam controladas pela Companhia.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil era controladora de 5 parques eólicos (Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2) e da Força Eólica Participações, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos (Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2). Desses Parques Eólicos, 9 foram adquiridos no segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 – LFA 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, enquanto Caetité 1 foi comercializado no Ambiente Livre, com a NC Energia, comercializadora do Grupo Neoenergia. Os Parques Eólicos oriundos do LFA 2010, incluindo Caetité 1, têm capacidade total instalada de 288MW, garantia física de 124,6MW médios e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN), e Caetité 1, Caetité 2 e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, esses 10 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. Em 2014, a Força Eólica do Brasil foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A, passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Em 2014, a Força Eólica do Brasil venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) – Calango 6 (30MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,6MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 – Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 48,8MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica. Para o leilão mais recente, de dezembro de 2017, o compromisso assumido pela Força Eólica do Brasil é construir 9 parques que somam 281,4MW de potência, 151,5MW médios de garantia física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2023. A Força Eólica do Brasil S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros - R$ mil [1]	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta	-	-	-
Receita Operacional Líquida	-	-	-
Margem Operacional Líquida	(3.636)	(809)	349,44
EBITDA	(12.882)	(23.566)	(45,34)
Resultado Financeiro	(7.023)	(249)	2.720,48
Lucro Líquido	(20.846)	(24.252)	(14,04)
Margem Operacional (%)	0,00%	0,00%	-
Margem EBITDA (%)	0,00%	0,00%	-
Margem Líquida (%)	0,00%	0,00%	-

Resultados Econômico-Financeiros - R$ mil [1]	2017	2016	Variação %
[1] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida			
Informações Patrimoniais - R$ mil [2]	**dez/17**	**dez/16**	**Variação %**
Ativo Total	502.572	358.910	40,03
Dívida Bruta	124.190	43.366	186,38
Dívida Líquida [3]	114.151	41.087	177,83
Patrimônio Líquido	369.307	305.190	21,01
[2] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida			
[3] Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários			
Indicadores Financeiros de Dívida	**dez/17**	**dez/16**	**Variação %**
Dívida Líquida/EBITDA	(8,86)	(1,74)	408,25
EBITDA/Resultado Financeiro [4]	1,83	94,64	(98,06)

[4] EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

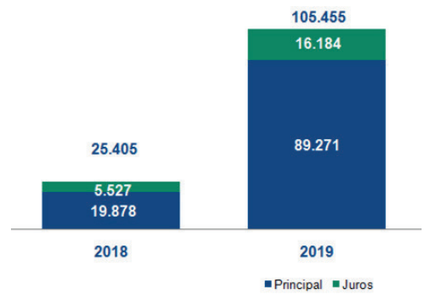
Conciliação EBITDA - R$ mil [1]	2017	2016	Variação (R$)	Variação (%)
Lucro líquido	(20.846)	(24.252)	3.406	(14,04)
Despesas financeiras	13.019	4.975	8.044	161,69
Receitas financeiras	(5.996)	(4.726)	(1.270)	26,87
Imposto de renda	(269)	(725)	456	(62,90)
Amortização	1.210	1.162	48	4,13
EBITDA	**-12.882**	**-23.566**	**10.684**	**(45,34)**

[1] Em milhares de Reais, execeto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em 2017, não foram realizadas novas captações. A dívida existente tem como finalidade a cobertura de caixa da Companhia.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM n 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 33 (trinta e seis) meses. O serviço de auditoria relacionado à auditoria contempla a Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

7. DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil S.A. ("FEB"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Neoenergia.

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016 (reclassificado)	Controladora 01/01/2016 (reclassificado)	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016 (reclassificado)	Consolidado 01/01/2016 (reclassificado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.039	16	17	65.285	241	248
Contas a receber	6	-	-	-	47.169	3.473	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	2.669	-	-	2.669	69.121
Títulos e valores mobiliários	5	-	2.020	97.823	-	24.519	102.362
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.092	2.660	2.962	3.736	2.999	3.059
Estoques		111	111	-	111	111	-
Dividendos a receber		3.513	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.255	27	194	1.273	322	487
Total do ativo circulante		**18.010**	**7.503**	**100.996**	**117.574**	**34.334**	**175.277**
Não circulante							
Títulos e valores mobiliários	5	-	243	389	-	3.570	389
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	41.329			41.329
Dividendos a receber		-	2.711	2.711	-	2.711	2.711
Impostos e contribuições sociais diferidos	14	994	7.576	-	994	7.576	-
Outros ativos não circulantes		30.882	32.096	437	55	67	437
Investimentos	9	408.568	269.759	145.556	-	-	-
Imobilizado	10	43.457	38.361	39.230	1.155.545	708.071	160.565
Intangível		661	661	661	744	729	661
Total do ativo não circulante		**484.562**	**351.407**	**230.313**	**1.157.338**	**722.724**	**206.092**
Total do ativo		**502.572**	**358.910**	**331.309**	**1.274.912**	**757.058**	**381.369**
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	11	5.795	5.219	7.013	154.868	143.416	48.588
Empréstimos e financiamentos	12.1	31.984	17.076	11.830	49.731	22.724	11.830
Debêntures	12.2	-	-	-	1.110	54	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	14.810	-	-	14.810	-
Salários e encargos a pagar		1.756	1.404	1.694	1.861	1.404	1.694
Impostos e Contribuições a recolher		536	62	1.114	3.234	2.521	1.205
Dividendos a pagar		874	874	874	874	874	874
Outros passivos circulantes		109	38	106	471	72	107
Total do passivo circulante		**41.054**	**39.483**	**22.631**	**212.149**	**185.875**	**64.298**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12.1	89.271	14.149	27.517	581.086	220.419	27.517
Debêntures	12.2	-	-	-	91.612	41.702	-
Impostos e contribuições sociais diferidos		-	-	14.052	-	-	22.445
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.935	-	-	2.935	-	-
Provisões	13	-	-	-	17.741	3.784	-
Outros passivos não circulantes		5	88	88	82	88	88
Total do passivo não circulante		**92.211**	**14.237**	**41.657**	**693.456**	**265.993**	**50.050**
Patrimônio líquido	15						
Capital social		438.697	356.091	200.373	438.697	356.091	200.373
Reservas de lucros		-	-	539	-	-	539
Outros resultados abrangentes		(2.934)	(5.291)	88.006	(2.934)	(5.291)	88.006
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	2.622	-	-	2.622
Prejuízos acumulados		(66.456)	(45.610)	(24.519)	(66.456)	(45.610)	(24.519)
Total do patrimônio líquido		**369.307**	**305.190**	**267.021**	**369.307**	**305.190**	**267.021**
Total do passivo e patrimônio líquido		**502.572**	**358.910**	**331.309**	**1.274.912**	**757.058**	**381.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida	16	-	-	**104.575**	**564**
Custos dos serviços	17	(3.636)	(809)	(44.309)	(849)
Custos com energia elétrica	17.1	-	-	(11.360)	(40)
Custos de operação	17.2	(3.636)	(809)	(32.949)	(809)
Prejuízo bruto		**(3.636)**	**(809)**	**60.266**	**(285)**
Despesas gerais e administrativas	17.2	(27.046)	(22.828)	(28.894)	(23.145)
Resultado de participações societárias	9	16.590	(1.091)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		**(14.092)**	**(24.728)**	**31.372**	**(23.430)**
Receitas financeiras	18	5.996	4.726	10.752	6.755
Despesas financeiras	18	(13.019)	(4.975)	(59.421)	(8.090)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(21.115)**	**(24.977)**	**(17.297)**	**(24.765)**
Imposto de renda e contribuição social		269	725	(3.549)	513
Prejuízo do exercício		**(20.846)**	**(24.252)**	**(20.846)**	**(24.252)**
Prejuízo por ação (R$)		**(0,05)**	**(0,06)**	**(0,05)**	**(0,06)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Prejuízo do exercício	**(20.846)**	**(24.252)**	**(20.846)**	**(24.252)**
Hedge atribuído ao investimento	2.357	(93.297)	2.357	(93.297)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(18.489)**	**(117.549)**	**(18.489)**	**(117.549)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**200.373**	**539**	**88.006**	**(24.519)**	**2.622**	**267.021**
Integralização de capital (nota 15)	155.718	-	-	-	-	155.718
Prejuízo do exercício	-	-	-	(24.252)	-	(24.252)
Reversão de dividendos prescritos				2.622	(2.622)	-
Absorção de reserva legal	-	(539)	-	539	-	-
Outros resultados abrangentes:	-	-	(93.297)	-	-	(93.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**356.091**	**-**	**(5.291)**	**(45.610)**	**-**	**305.190**
Integralização de capital (nota 15)	82.606	-	-	-	-	82.606
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.846)	-	(20.846)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.357	-	-	2.357
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**438.697**	**-**	**(2.934)**	**(66.456)**	**-**	**369.307**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016 (reclassificado)	Consolidado 2017	Consolidado 2016 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	**(21.115)**	**(24.977)**	**(17.297)**	**(24.765)**
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação	1.210	1.162	26.178	1.162
Equivalência patrimonial	(16.590)	1.091	-	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	10.495	4.756	57.189	5.192
Provisão para ressarcimento	-	-	9.958	-
Atualização de títulos e valores mobiliários	(996)	-	(2.772)	-
	(26.996)	(17.968)	73.256	(18.411)
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes e outros	-	-	(43.696)	(3.473)
IR e CSLL a recuperar	(243)	(408)	(1.230)	(758)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(23)	710	(89)	710
Estoque	-	(111)	-	(111)
Ganho com instrumentos financeiros	1.741	-	1.741	16.052
Fundos vinculados	-	-	(7.973)	-
Recebimento de juros de mútuo	547	-	-	-
Outros ativos	(1.599)	(31.492)	8.355	535
	423	(31.301)	(42.892)	12.955
Aumento (Redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	576	(1.794)	11.451	94.828
Salários e encargos a pagar	352	(290)	457	(290)
Encargos de dívidas pagos	(3.700)	(2.157)	(18.477)	(2.157)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(1.054)	(2.920)	(100)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	474	-	240	1.308
Perda com instrumentos financeiros	(11.410)	-	(11.410)	-
Outros passivos	(12)	(68)	775	(35)
	(13.720)	(5.363)	(19.884)	93.554
Caixa oriundo das (utilizado nas) atividades operacionais	**(40.293)**	**(54.632)**	**10.480**	**88.098**
Atividades de investimento				
Aportes de capital em controladas	(125.898)	(186.022)	-	-
Aquisição de imobilizado	(6.306)	(293)	(470.414)	(561.002)
Aquisição de intangível	-	-	(16)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(92.752)	(9.115)	(664.336)	(41.643)
Resgate de títulos e valores mobiliários	96.011	7.241	695.198	13.943
Recebimento de principal de mútuo	12.637	-	-	-
Utilização de caixa em atividades de investimento	**(116.308)**	**(188.189)**	**(439.568)**	**(588.702)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	82.606	155.718	82.606	155.718
Captação de empréstimos e financiamentos	95.000	-	525.150	216.772
Captação de debêntures	-	-	46.209	43.500
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(11.388)	(10.721)	(156.010)	(10.721)
Pagamento de custos de captação	406	-	(3.823)	(7.034)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	**166.624**	**144.997**	**494.132**	**398.235**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**8.075**	**(97.824)**	**40.860**	**(99.200)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	16	97.840	241	102.610
Caixa e equivalentes no final do exercício	10.039	16	65.285	241
Variação líquida de caixa	**10.023**	**(97.824)**	**65.044**	**(102.369)**
Transações que não envolvem caixa:				
Provisão para desmantelamento	-	-	3.235	(3.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil S.A ("FEB" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. As participações diretas e indiretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas Controladas	Consolidação	% Participação 2016 Direta	% Participação 2016 Indireta
Calango 6 Energia Renovável S.A.	Integral	100	-
Santana 1 Energia Renovável S.A.	Integral na Calango 6	-	100
Santana 2 Energia Renovável S.A.	Integral na Calango 6	-	100
Lagoa 1 Energia Renovável S.A.	Integral	100	-
Canoas Energia Renovável S.A.	Integral na Lagoa 1	-	100
Lagoa 2 Energia Renovável S.A.	Integral na Lagoa 1	-	100

Em 2014, a Companhia ganhou os leilões nº 03/2014 e 06/2014 promovido pela ANEEL, viabilizando os empreendimentos dos parques eólicos Calango 6, Santana 1, Santana 2, Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas cujas características estão apresentadas a seguir:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 6	Bodó - RN	30,0	18,5	20/11/2014	19/11/2049
Santana 1	Bodó – RN	30,0	17,2	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Lagoa Nova – RN	24,0	12,9	14/11/2014	13/11/2049
Lagoa 1	Santa Luzia – PB	31,5	17,2	04/08/2015	03/08/2050
Lagoa 2	São José do Sabugi – PB	31,5	15,5	04/08/2015	03/08/2050
Canoas	São José do Sabugi – PB	31,5	16,1	04/08/2015	03/08/2050

A Calango 6 controladora das empresas Santana 1 e Santana 2, está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2014 e, é proprietária do projeto eólico Calango 6, localizado no município de Bodó, Rio Grande do Norte que conta com 15 (quinze) aerogeradores, com capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 18,5 MW médios. Esses parques entraram em operação em 28 de dezembro de 2016. A Lagoa 1 controladora das empresas Lagoa 2 e Canoas, está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de agosto de 2015 e, é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, localizado no município de Santa Luzia, Paraíba, que conta com 15 (quinze) aerogeradores e com capacidade instalada de 31,5 MW e energia contratada de 17,2 MW médios. Os parques eólicos Lagoa 2 e Canoas entraram em operação em 30 de setembro de 2017, enquanto o parque eólico Lagoa 1 entrou em operação em 31 de outubro de 2017. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2017, considerando que os parques Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas começaram a operar no 4º trimestre de 2017, a previsão é de que em 2018 a geração de caixa adicional das suas atividades será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia e suas controladas cumpram com suas obrigações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de Fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: – os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; – os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações fi-

Jornal Valor --- Página 18 da edição "01/03/2018 1a CAD C" ---- Impressa por mgsilva às 28/02/2018@19:11:24

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

nanceiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) o registro da receita de fornecimento de energia, vide nota explicativa nº 15; (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa nº 15; (iii) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, vide nota explicativa nº 19; (iv) a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, vide nota explicativa nº 12. **2.5 Base de consolidação:** Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia considera que o controle é detido quando está exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com uma investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investidas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor, conforme demonstrado na nota 8. **2.6 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. - Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado. **Mensuração:** Após reconhecimento inicial os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* de fluxo de caixa. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. ***2.8 Impairment* de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso, a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a estimativa da vida útil efetiva dos bens. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.10 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **2.11 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11.1. Provisão para ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) das controladas. **2.11.2. Provisões para desmobilização de ativos:** Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **2.12 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **2.13 Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.14 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.4). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1. IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração. **• Classificação - Ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto na contabilização de seus ativos financeiros. **• Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R$ mil	Impairment adicional estimado em 01/01/2018 (consolidado)
Contas a receber de clientes - CCEE	218
Contas a receber de partes relacionadas	90
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	**308**

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito no último ano. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. **• Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e – o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. **• Contabilidade de hedge:** Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/ CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco. A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a financiamentos em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido. Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos significativos. **• Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. **• Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. **3.2. IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. **• Receita de geração:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha qualquer impacto em suas demonstrações financeiras. **• Câmara de Comercialização de Energia - CCEE:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia gerada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras. **• Transição:** A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **3.3. IFRS 16 *Leases* (arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento . Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional dos terrenos onde estão instaladas as torres de medição e os parques eólicos controlados pela Companhia. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos. **• Transição:** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **3.4. Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2016 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos relativos referentes as aplicações financeiras da conta de caixa e equivalentes de caixa para a conta de Títulos e valores mobiliários. As aplicações financeiras que foram reclassificadas não atendiam a todos os critérios para a classificação como equivalentes de caixa, uma vez que não vinham sendo utilizados para atender a compromisso de curto prazo, bem como em alguns casos tinham prazo de vencimento superior a noventa dias. A tabela a seguir resume esses impactos:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	1.964	(1.948)	16
Títulos e valores mobiliários	315	1.948	2.263
Outros	356.631	-	356.631
Total de ativos	**358.910**	**-**	**358.910**
Total de passivos	**53.720**	**-**	**53.720**
Total do patrimônio líquido	**305.190**	**-**	**305.190**

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Atividades operacionais	(54.632)	-	(54.632)
Atividades de investimento	(186.241)	(1.948)	(188.189)
Atividades de financiamento	144.997	-	144.997

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	24.425	(24.184)	241
Títulos e valores mobiliários	3.905	24.184	28.089
Outros	728.728	-	728.728
Total de ativos	**757.058**	**-**	**757.058**
Total de passivos	**451.868**	**-**	**451.868**
Total do patrimônio líquido	**305.190**	**-**	**305.190**

Demonstração do fluxo de caixa consolidado em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Atividades operacionais	88.098	-	88.098
Atividades de investimento	(564.518)	(24.184)	(588.702)
Atividades de financiamento	398.235	-	398.235

Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	97.840	(97.823)	17
Títulos e valores mobiliários	389	97.823	98.212
Outros	233.080	-	233.080
Total de ativos	**331.309**	**-**	**331.309**
Total de passivos	**64.288**	**-**	**64.288**
Total do patrimônio líquido	**331.309**	**-**	**331.309**

Balanço patrimonial consolidado em 01 de janeiro de 2016

	Anteriormente apresentado	Impactos da retificação de erros	
		Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	102.610	(102.362)	248
Títulos e valores mobiliários	389	102.362	102.751
Outros	278.370	-	278.370
Total de ativos	**381.369**	**-**	**381.369**
Total de passivos	**114.348**	**-**	**114.348**
Total do patrimônio líquido	**381.369**	**-**	**381.369**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Caixa e depósitos bancários à vista	36	16	11.633	241
Fundos de Investimento	10.003	1.948	53.652	24.184
	10.039	**1.964**	**65.285**	**24.425**
Títulos e valores mobiliários (b)				
Fundos de Investimento	-	315	-	3.905
	-	**315**	**-**	**3.905**
Circulante	10.039	2.036	65.285	24.760
Não circulante	-	243	-	3.570

(a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(b)** Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo. Seguem composições das carteiras do fundos de investimentos da Companhia:

Carteira	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo	9.997	53.617
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	6	35
	10.003	**53.652**
Total CEC - Fundos Exclusivos	**10.003**	**53.652**

Carteira	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP RF moderado FI RF LP	420	5.213
BB TOP RF conservador FI RF longo prazo	1.396	17.328
CDBs	128	1.590
LF	237	2.943
Debentures	5	62
DPGE	72	894
Outros	5	59
Total TVM - Fundos Exclusivos	**2.263**	**28.089**

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas conforme abaixo:

	Ref.	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Títulos a receber		13.424	-
Partes relacionadas	(a)	13.424	-
Comercialização de energia na CCEE	(b)	33.745	3.473
Total		**47.169**	**3.473**

(a) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia elétrica junto a NC Energia, cujo prazo de vigência terminou em 31 de dezembro de 2017. (b) Refere-se aos excedentes de geração de energia liquidada na CCEE. O valor total está previsto para recebimento em fevereiro de 2018.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Agente financeiro	Instrumento financeiro	Vencimento	Indexador	2017	2016
Mantidos até o vencimento					
Banco Bradesco	NDF	14/06/2017	EUR/BRL	-	(14.810)
Banco Votorantim	NDF	14/06/2017	USD/BRL	-	2.669
Banco Bradesco	NDF	01/10/2020	Dólar	(708)	-
Banco Bradesco	NDF	03/05/2021	Dólar	(79)	-
Banco Bradesco	NDF	01/06/2021	Dólar	(19)	-
Banco Bradesco	NDF	01/06/2021	Euro	(140)	-
Banco Bradesco	NDF	03/08/2021	Dólar	(94)	-
Banco Bradesco	NDF	03/08/2021	Euro	(112)	-
Banco Itaú	NDF	04/05/2020	Dólar	(408)	-
Banco Itaú	NDF	04/05/2020	Euro	(290)	-
Banco Itaú	NDF	01/10/2020	Dólar	(78)	-
Banco Itaú	NDF	01/10/2020	Euro	(582)	-
Banco Itaú	NDF	03/05/2021	Dólar	(12)	-
Banco Itaú	NDF	03/05/2021	Euro	(89)	-
Banco Itaú	NDF	01/06/2021	Dólar	(95)	-
Banco Itaú	NDF	01/07/2021	Dólar	(114)	-
Banco Itaú	NDF	01/07/2021	Euro	(115)	-
				(2.935)	**(12.141)**
Ativo circulante				-	2.669
Passivo circulante				-	(14.810)
Passivo não circulante				(2.935)	-

Em razão de possuir contratos com fornecedor com parcelas indexadas ao dólar norte americano e ao euro, a Companhia contratou opera-

Jornal Valor --- Página 19 da edição "01/03/2018 1a CAD C" ---- Impressa por mgsilva às 28/02/2018@18:39:42

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

ções de derivativos como forma de proteção dos seus fluxos de caixa futuro. Essas operações estão representadas por contratos a termo (NDF – *non deliverable forward*) contratadas em dezembro de 2017, sendo parte delas em dólar (US$ 35.866 mil) e parte em euros (EUR 23.928 mil) junto aos bancos Bradesco e Itaú. Os valores justos das operações de derivativos são calculados projetando os fluxos futuros das operações tendo como referência as taxas dos respectivos contratos, e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando as taxas de mercado baseadas em cotações da BM&F. A Companhia utiliza a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) para estes instrumentos financeiros derivativos, de forma que os ganhos e perdas dos instrumentos de hedge que foram considerados efetivos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, especificamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 essas operações geraram uma perda acumulada de R$ 2.935 (perda acumulada de R$ 12.141 em 2016) registrada em contrapartida NDF.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Imposto de Renda - IR	(a)	2.959	2.587	3.469	2.917
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	48	11	83	20
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	55	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		26	2	26	2
Impostos sobre serviços - ISS		59	60	103	60
Total		**3.092**	**2.660**	**3.736**	**2.999**

(a) O Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras.

9. INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos as informações sobre as controladas diretas:

Controladas	Data-base Patrimoniais Resultado	Percentual de participação (%)	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
CALANGO 6	31/12/2017	100,00	27.250	511.395	36.923	300.303	201.419	11.541
	31/12/2016	100,00	14.225	477.536	58.598	249.300	183.863	(1.225)
LAGOA 1	31/12/2017	100,00	22.400	534.007	56.284	292.973	207.150	5.049
	31/12/2016	100,00	3.455	89.893	7.411	41	85.896	134

Apresentamos a seguir, a movimentação dos saldos de investimento da Controladora:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Integralização de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2016
CALANGO 6	106.445	139.370	(60.728)	(1.225)	183.862
LAGOA 1	39.111	46.652	-	134	85.897
TOTAL	**145.556**	**186.022**	**(60.728)**	**(1.091)**	**269.759**

	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2017
CALANGO 6	183.862	8.495	11.541	(2.480)	201.418
LAGOA 1	85.897	117.403	5.049	(1.199)	207.150
TOTAL	**269.759**	**125.898**	**16.590**	**(3.679)**	**408.568**

10. IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	Controladora 2017 Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2016 Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	10%	8.579	(4.822)	3.757	4.636
		8.579	(4.822)	3.757	4.636
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		12	-	12	1.538
Máquinas e equipamentos		15.058	-	15.058	15.040
Veículos		82	-	82	82
Móveis e utensílios		19	-	19	19
Projetos em andamento		24.529	-	24.529	17.046
		39.700	-	39.700	33.725
Total		**48.279**	**(4.822)**	**43.457**	**38.361**

	Consolidado 2017 Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2016 Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	4%	696.900	(9.051)	687.849	386.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	448.546	(20.733)	427.813	120.502
Veículos	4%	189	(6)	183	-
		1.145.635	(29.790)	1.115.845	507.450
Em curso					
Terrenos		-	-	-	1.533
Edificações, obras civis e benfeitorias		12	-	12	53.290
Máquinas e equipamentos		15.058	-	15.058	109.820
Veículos		82	-	82	82
Móveis e utensílios		19	-	19	19
Projetos em andamento		24.529	-	24.529	17.046
A ratear		-	-	-	18.831
		39.700	-	39.700	200.621
Total		**1.185.335**	**(29.790)**	**1.155.545**	**708.071**

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

Controladora	Em serviço Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em curso Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**9.298**	**(2.450)**	**6.848**	**32.382**	**39.230**
Adições	-	-	-	293	293
Depreciação	-	(1.162)	(1.162)	-	(1.162)
Transferências	(1.050)	-	(1.050)	1.050	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**8.248**	**(3.612)**	**4.636**	**33.725**	**38.361**
Adições	-	-	-	6.306	6.306
Depreciação	-	(1.210)	(1.210)	-	(1.210)
Transferências	331	-	331	(331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**8.579**	**(4.822)**	**3.757**	**39.700**	**43.457**

Consolidado	Em serviço Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Em curso Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**9.298**	**(2.450)**	**6.848**	**153.717**	**160.565**
Adições	-	-	-	515.503	515.503
Adição provisão de desmantelamento	-	-	-	3.718	3.718
Depreciação	-	(1.162)	(1.162)	-	(1.162)
Provisões	-	-	-	29.447	29.447
Transferências	501.764	-	501.764	(501.764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**511.062**	**(3.612)**	**507.450**	**200.621**	**708.071**
Adições	-	-	-	470.417	470.417
Adição provisão de desmantelamento	-	-	-	3.235	3.235
Depreciação	-	(26.178)	(26.178)	-	(26.178)
Transferências	634.573	-	634.572	(634.573)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.145.635**	**(29.790)**	**1.115.844**	**39.700**	**1.155.545**

11. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Ref.	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Energia elétrica		-	4	9	4
Encargos de energia elétrica		-	-	811	5
Materiais e serviços	(a)	5.795	5.215	154.048	143.407
Total		**5.795**	**5.219**	**154.868**	**143.416**

a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a investimentos e construção dos parques eólicos.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos		
Moeda nacional		
BNDES	518.937	248.380
IBM	19.530	-
Banco ABC	101.906	-
(-) Custos de transação	(1.882)	(5.237)
(-) Depósitos em garantia	(7.674)	-
Total Empréstimos moeda nacional	**630.817**	**243.143**
Moeda nacional - Circulante	49.731	22.724
Moeda nacional - Não Circulante	581.086	220.419
	Consolidado 31/12/2017	**31/12/2016**
Debêntures		
Calango 6	48.692	43.554
Lagoa 1	47.533	-
(-) Custos de transação	(3.503)	(1.798)
Total Debêntures	**92.722**	**41.756**
Debêntures - Circulante	1.110	54
Debêntures - Não Circulante	91.612	41.702
Endividamento Total	**723.539**	**107.026**
Endividamento Total - Circulante	50.841	6.146
Endividamento Total - Não Circulante	672.698	100.880

Abaixo, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2017:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2017
BNDES	Real	Investimentos	TJLP + 2,12% a.a.	2033 a 2034	Aval Neoenergia	514.921	517.055
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,30% a.a. / CDI + 1,39% a.a.	2018 a 2019	Aval Neoenergia	14.149	19.530
Banco ABC	Real	Capital de giro	108% CDI	2018 a 2019	Aval Neoenergia	94.818	101.906
Debenturistas	Real	Investimentos	100% IPCA + 8,7345% 100% IPCA +7,3287 %	2019 a 2021	Aval Neoenergia	86.199	92.722
Total							**731.213**

Em auxílio a demonstrações dos fluxos de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Consolidado	2015	Fluxo de caixa Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa	2016	Fluxo de caixa Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa	2017
Empréstimos e financiamentos	39.347	216.772	(15.957)	(2.157)	5.138	243.143	525.150	(159.833)	(24.479)	46.836	630.817
Debêntures	-	43.500	(1.798)	-	54	41.756	46.209	-	(1.971)	6.728	92.722
Total	**39.347**	**260.272**	**(17.755)**	**(2.157)**	**5.192**	**284.899**	**571.359**	**(159.833)**	**(26.450)**	**53.564**	**723.539**

12.1. Empréstimos e financiamentos: A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Consolidado Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**11.830**	**27.517**	**39.347**
Ingressos	5.886	210.886	216.772
Encargos	5.075	-	5.075
Variação monetária	2	61	63
Transferências	12.809	(12.809)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(12.878)	-	(12.878)
(-) Custo de transação	-	(5.236)	(5.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**22.724**	**220.419**	**243.143**
Ingressos	155.633	369.517	525.150
Encargos	34.144	-	34.144
Variação monetária	92	2.747	2.839
Transferências	7.706	(7.706)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(172.221)	(295)	(172.516)
(-) Movimentação depósitos em garantia	-	(7.973)	(7.973)
(-) Custo de transação	1.653	4.377	6.030
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**49.731**	**581.086**	**630.817**

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	Consolidado 31/12/2017 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2016 Dívida
2018	-	-	-	25.943
2019	122.894	(81)	122.813	14.694
2020	33.623	(81)	33.542	13.244
2021	33.623	(81)	33.542	13.244
2022	33.623	(81)	33.542	13.244
Após 2022	366.534	(914)	365.620	140.050
Total das obrigações	**590.297**	**(1.238)**	**589.059**	**220.419**
(-) Depósitos em garantia			(7.973)	-
Total líquido das obrigações			**581.086**	**220.419**

As condições contratuais dos empréstimos consolidada captada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Empresa	Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
FEB	Banco ABC	26/03/2018	108% CDI	9.000
FEB	Banco ABC	21/03/2019	108% CDI	86.000
Calango 6	BNDES	15/07/2033	TJLP + 2,12% a.a.	39.251
Lagoa 1	BNDES	15/03/2034	TJLP + 2,12 % a.a.	250.899
Lagoa 1	Banco ABC	04/12/2017	105,5% CDI	140.000
Total				**525.150**

Os contratos tiveram como finalidade a cobertura de caixa para investimentos e capital de giro da Companhia e suas controladas.

12.2. Debêntures: A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado Passivo circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	43.500	43.500
Encargos	54	-	54
(-) custo de transação	-	(1.798)	(1.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**54**	**41.702**	**41.756**
Ingressos	-	46.209	46.209
Encargos	1.324	5.149	6.473
Transferências	(54)	54	-
Amortização e pagamentos de juros	-	(1.971)	(1.971)
(-) custo de transação	(214)	469	255
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.110**	**91.612**	**92.722**

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/2017 Debêntures	Custos de transação	Total líquido	31/12/2016 Debêntures
2018	-	-	-	-
2019	9.989	(347)	9.642	-
2020	9.989	(347)	9.642	2.502
2021	9.989	(347)	9.642	3.545
2022	36.749	(1.214)	35.535	4.587
Após 2022	28.191	(1.041)	27.151	31.068
Total das obrigações	**94.907**	**(3.296)**	**91.612**	**41.702**

As condições contratuais das debêntures captada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Empresa	Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Lagoa 1	Debêntures	15/03/2029	100% IPCA +7,3287 %	46.209
Total				**46.209**

Os contratos tiveram como finalidade a cobertura de caixa para investimentos de sua controlada Lagoa 1.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado Contingências Cíveis	Provisões Desmantelamento	Ressarcimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Constituição	64	3.718	-	3.782
Atualização	2	-	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**66**	**3.718**	**-**	**3.784**
Constituição	4	3.917	9.958	13.879
Baixa / reversão	-	(682)	-	(682)
Atualização	6	423	331	760
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**76**	**7.376**	**10.289**	**17.741**

a) Provisões para processos judiciais: Cíveis: A controladas são parte em processo judicial de natureza cível decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia e suas controladas consideram a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia e suas controladas baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição e refere-se à ação de constituição de servidão administrativa com tutela antecipada de emissão na posse, para implantação da linha de transmissão de Canoas e Lagoa 1. A Companhia e suas controladas também possuem processos judiciais referentes a ações de reintegração de posse e danos morais e materiais que possuem um total estimado de R$ 943 em ações com expectativa de perda possível. Fiscal: Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Prefeitura Municipal de Bodó em face de Força Eólica do Brasil e Calango 6 devido ao não recolhimento ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento) e possui um total estimado de R$ 6.073 em ações de com expectativa de perda possível. Depósitos judiciais: Correlacionados às provisões e passivos contingentes, as controladas são exigidas por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia e suas controladas até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	55	65
Total	**55**	**65**

Desmantelamento: Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações. A provisão para desmantelamento das controladas está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. Ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia. Conforme mencionado na nota 1, as controladas entraram em operação comercial no final de 2016 e em 2017 e por isso, não houve provisão no exercício anterior.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado Ativo (+) 31/12/17 Base de cálculo	Tributo diferido	31/12/2016 Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	2.923	731	22.281	5.570
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	2.923	263	22.281	2.006
Total		**994**		**7.576**

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Controladora e Consolidado	2017 IR	CSLL	2016 IR	CSLL
Ativo				
Provisão de fornecedores	1.409	1.409	1.290	1.290
Provisão para PLR	1.514	1.514	843	843
Valor justo de derivativos	-	-	20.148	20.148
Total Líquido	**2.923**	**2.923**	**22.281**	**22.281**

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. A expectativa é que o saldo de 2017 dos impostos diferidos ativos seja realizado totalmente no exercício de 2018.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 478.697 (R$ 356.091 em 31 de dezembro de 2016) sendo R$ 438.697 integralizados (R$ 356.091 em 31 de dezembro de 2016), divididos em 478.697.103 ações ordinárias (356.091.103 em 31 de dezembro de 2016), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social por classe de ações e acionistas é a seguinte: Em 03 de julho de 2017, foi aprovado a subscrição do capital pelos acionistas controladores no valor de R$ 40.000 mediante a emissão e subscrição de 40.000 ações ordinárias. A composição do capital social por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Ações ordinárias (lote de mil ações) Única	%
Acionistas		
Neoenergia S.A.	239.349	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	239.348	50,00%
Total	**478.697**	**100,00%**

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Dividendos: De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. Como a Companhia apurou prejuízo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve destinação de dividendos neste exercício.

16. RECEITA LÍQUIDA

	Ref.	Consolidado 2017	2016
Fornecimento de energia elétrica		78.806	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		33.458	596
Total receita bruta		**112.264**	**596**
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(7.689)	(32)
Total receita operacional líquida		**104.575**	**564**

(a) Deduções da receita bruta

	Consolidado 2017	2016
Impostos:		
PIS	(1.371)	(5)
COFINS	(6.318)	(27)
Total	**(7.689)**	**(32)**

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DE SERVIÇO

17.1. Custo de energia elétrica

	Consolidado 2017	2016
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(4.760)	-
Energia curto prazo - PLD	(3)	-
Taxa CCEE	(22)	-
Total	**(4.785)**	**-**
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição		
Encargos de rede básica	(4.811)	(40)
Encargos de conexão	(1.764)	-
Total	(6.575)	(40)
Total de Custos com Energia Elétrica	**(11.360)**	**(40)**

17.2. Custos e despesas de operação

	Controladora 2017 Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	2016 Total
Pessoal	(352)	(13.607)	(13.959)	(9.357)
Entidade da previdência privada	(770)	-	(770)	(483)
Material	(662)	(352)	(1.014)	(442)
Serviços de terceiros	(1.807)	(6.281)	(8.088)	(6.934)
Depreciação	-	(1.210)	(1.210)	(1.160)
Arrendamentos e aluguéis	-	(3.347)	(3.347)	(4.042)
Tributos	(14)	(1.217)	(1.231)	(263)
Outros	(31)	(1.032)	(1.063)	(954)
Total custos / despesas	**(3.636)**	**(27.046)**	**(30.682)**	**(23.635)**

Jornal Valor --- Página 20 da edição "01/03/2018 1a CAD C" ---- Impressa por mgsilva às 28/02/2018@18:57:56

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

	Consolidado			
	2017			2016
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(1.189)	(13.607)	(14.796)	(9.357)
Entidade da previdência privada	(779)	-	(779)	(483)
Material	(965)	(352)	(1.317)	(442)
Serviços de terceiros	(3.611)	(6.809)	(10.420)	(7.195)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	(216)	-	(216)	-
Depreciação	(24.968)	(1.210)	(26.178)	(1.160)
Arrendamentos e aluguéis	(666)	(4.104)	(4.770)	(4.042)
Tributos	(41)	(1.698)	(1.739)	(263)
Outros	(514)	(1.114)	(1.628)	(1.012)
Total custos / despesas	**(32.949)**	**(28.894)**	**(61.843)**	**(23.954)**

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	2017	2016
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	6.193	4.811
Outras receitas financeiras	203	146
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(400)	(231)
Total	**5.996**	**4.726**
Despesa financeira		
Encargos de dívida	(10.118)	(4.756)
Variações monetárias	(12)	-
Prescrição de ativos a receber (a)	(2.711)	-
Outras despesas financeiras	(178)	(219)
Total	**(13.019)**	**(4.975)**
Resultado financeiro líquido	**(7.023)**	**(249)**

	Consolidado	
	2017	2016
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	10.870	6.896
Outras receitas financeiras	447	153
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(565)	(294)
Total	**10.752**	**6.755**
Despesa financeira		
Encargos de dívida	(38.049)	(5.129)
Variações monetárias	(3.845)	(63)
Encargos de mútuo	(10.108)	-
Encargos de mútuo	(2.082)	(1.720)
Prescrição de ativos a receber (a)	(2.711)	-
Outras despesas financeiras	(2.626)	(1.178)
Total	**(59.421)**	**(8.090)**
Resultado financeiro líquido	**(48.669)**	**(1.335)**

(a) Após a cisão ocorrida em 16 de junho de 2014, parte do montante de dividendos a receber do exercício de 2014 não foram recebidos e consequentemente prescritos. Desta forma a companhia reverteu o valor para o resultado do exercício do montante a receber das antigas controladas (Calango 1 – R$ 242; Calango 4 – R$ 241; Calango 5 – R$ 439; Caetité 1 – R$ 54; Caetité 2 – R$ 173 e FE Participações – R$ 1.562).

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Controladora			
		Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
CONTROLADAS E COLIGADAS	Ref.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Serviços Administrativos					
NEOENERGIA		-	(88)	(266)	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a) / (d)	2.692	2.500	-	-
SANTANA 1	(a) / (d)	1.017	878	-	-
SANTANA 2	(a) / (d)	1.174	956	-	-
LAGOA 1	(a)	51	-	-	-
LAGOA 2	(a)	51	-	-	-
CANOAS	(a)	51	-	-	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	60	11	-	-
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	60	11	-	-
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	60	11	-	-
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	54	17	-	-
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	54	16	-	-
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	60	11	-	-
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	60	11	-	-
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	54	16	-	-
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	97	18	-	-
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	82	49	-	-
		5.677	**4.417**	**(266)**	**-**
Dividendos e JSCP					
NEOENERGIA		(437)	(437)	-	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		2.480	-	-	-
LAGOA 1		1.033	-	-	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	242	-	-
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	241	-	-
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	439	-	-
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	54	-	-
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	173	-	-
FE PARTICIPAÇÕES S/A		-	1.562	-	-
ELEKTRO RENOVÁVEIS		(437)	(437)	-	-
		2.639	**1.837**	**-**	**-**
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	16.502	27.762	-	-
LAGOA 1	(c)	3.223	-	-	-
LAGOA 2	(c)	3.223	-	-	-
CANOAS	(c)	3.223	-	-	-
		26.171	**27.762**	**-**	**-**
TOTAL		**34.487**	**34.016**	**(266)**	**-**

a) Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos (Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Mel 2, Arizona 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 6, Santana 1 e Santana 2) contrato este iniciado em 01 de abril de 2015 e tem prazo de vigência de 48 meses, podendo ser renovado mediante manifestação prévia. b) Em 29 de novembro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controladora Força Eólica do Brasil S.A., no montante de R$ 14.500.000,00 acrescidos juros de 103,5% do CDI com prazo de liquidação de até 180 dias após a assinatura do mesmo. c) Refere-se aos contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) recebidos pela FEB cujos direitos e obrigações são pertencentes as controladas Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas. d) Refere-se a transferência dos custos incorridos na FEB no inicio da construção dos parques Calango 6, Santana 1 e Santana 2. **19.1. Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28:** O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia. **19.2. Remuneração da administração:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos. Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito único a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. **b) Gestão de risco de mercado:** Risco de taxas de juros e índice de preços: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, e a desconcentração de vencimentos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas mantinham um total de aplicações no curto prazo de R$ 53.652 em fundos restritos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia e suas controladas por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	631.116	1.096.709	76.290	163.817	58.779	59.203	59.629	678.991
Debêntures	92.722	183.868	-	4.410	11.616	16.474	21.503	129.865
Fornecedores	154.868	154.868	154.868	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos:								
NDF	2.935	2.935	-	-	-	2.066	869	-

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Risco de crédito junto a contrapartes comerciais:A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Compahia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, os clientes têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações. Risco de crédito junto a instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia e suas controladas seguem as disposições da Política de risco de crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicado pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2017.

Ratings de longo prazo em escala nacional[1]	Moody's	S&P
Banco do Brasil	Aa1	
Bradesco	Aa1	AA-
Itaú	A1	AA-
Santander	Aaa	AA-

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia e suas controladas. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	Consolidado	
	2017	2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	-	24.920
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	65.285	24.425
Contas a receber de clientes e outros	47.169	3.473

e) Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e os rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. O risco de variação da taxa de câmbio do dólar e euro referente aos derivativos da Companhia está, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação (USD/ EUR Futuro)	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Exposição Líquida - NDF em Dólar	Dólar($)	Queda do Dólar	3,3080	(1.428)	-	(24.699)	(49.399)
Exposição Líquida - NDF em Euro	Euro(€)	Queda do Euro	3,6016	(1.506)	-	(26.044)	(52.088)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia e suas controladas no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	61.625	6.173	4.631	3.087
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Dívida em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(121.437)	(2.204)	(533)	(1.059)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(518.937)	(11.707)	(2.270)	(4.541)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta da IPCA	2,8%	(96.225)	(2.517)	(158)	(315)

f) Estimativa a valor justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		Consolidado			
		2017		2016	
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		**47.169**	**47.169**	**3.473**	**3.473**
Contas a receber de clientes e outros	2	47.169	47.169	3.473	3.473
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**65.285**	**65.285**	**24.425**	**24.425**
Caixa e equivalentes de caixa	1	65.285	65.285	3.410	3.410
Mantidos até o vencimento		**-**	**-**	**6.574**	**6.574**
Títulos e valores mobiliários (**)	2	-	-	24.920	24.920
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	2.669	2.669
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**881.342**	**881.342**	**443.125**	**443.125**
Fornecedores	2	154.868	154.868	143.416	143.416
Empréstimos e financiamentos	2	630.817	630.817	243.143	243.143
Debêntures	2	92.722	92.722	41.756	41.756
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.935	2.935	14.810	14.810

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo; (**) A partir de Setembro de 2017, a estratégia adotada pela companhia foi aplicar seus recursos financeiros em ativos e cotas de fundo aderentes a classificação contábil de caixa e equivalentes de caixa, ativos estes com liquidez diária e classificação de curto prazo, desta forma alterando a classificação contábil dos fundos de investimentos Exclusivos de TVM para Caixa e equivalentes de Caixa.Atualmente. O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para mensuração do valor justo das Debêntures a Companhia se utilizou do valor a curva, pois como foi apresentada baixa negociação no mercado secundário para os ativos em questão, vale ressaltar que as debêntures que tiveram negociação no mercado secundário foram negociadas com valor muito próximo a curva. A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

21. COMPROMISSOS

As empresas controladas da Companhia possuem contrato para execução de obras civis e para a fabricação, testes, envio, transporte, entrega em obra, descarga, montagem e funcionamento dos aerogeradores em regime de empreitada integral junto ao fornecedor GAMESA EÓLICA DO BRASIL LTDA, instalações e engenharia civil dos parques eólicos junto ao fornecedor IBERDROLA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA. e serviços de manutenção e instalações junto ao fornecedor ENGELMIG ENERGIA. As controladas possuem também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos. Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como seguem (*):

	Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
FEB (consolidado)								
GAMESA	2017 a 2022	336	13.365	13.674	13.987	14.308	-	**55.670**
IBERDROLA CONSTRUÇÃO	2018	2.333	-	-	-	-	-	**2.333**
Arrendamentos	2016 a 2036	6.204	6.336	6.624	6.918	7.201	59.368	**92.651**
ENGELMIG	2017 a 2022	1.255	1.305	1.357	1.412	1.468	-	**6.797**

(*) Não auditado

22. COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia e suas controladas está demonstrado a seguir:

	Consolidado		
Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações	02/12/2017 a 31/05/2018	264.000	10
Risco Operacional - Subestações e Usinas	02/12/2017 a 31/05/2018	952.528	471

Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

Membros da Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Xabier Viteri

Titulares
Simone Aparecida Borsato
Laura Cristina da Fonseca Porto
Eduardo Capelastegui Saiz

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Financeiro: Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor de Desenvolvimento: José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretora de Operações: Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretor de Controle: Eduardo Capelastegui Saiz

CONTADORA

Vivian Paim Lopes - CRC-RJ-Nº 104355/O-8

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da **FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, sala 101 (parte), Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.227.426/0001-61, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil S.A., alusivas ao exercício social findo em 31.12.2017; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil S.A., relativas ao exercício social findo em 31.12.2017.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.
Laura Porto
Eduardo Capelastegui
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
José Eduardo Tanure

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Força Eólica do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota explicativa 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 22 de fevereiro de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4